

Os custos do ajuste compensam

por Cláudia Izique
de São Paulo

Os custos de um ajuste da economia não se comparam aos estragos produzidos por uma hiperinflação. Portanto, o grande desafio do presidente eleito Fernando Collor de Meilo, nos primeiros meses de governo, deverá ser o de criar um consenso em torno da necessidade de conter a escalada inflacionária o que, necessariamente, implicará em custos à sociedade, na avaliação de Evarista Teixeira Lanzana, da Faculdade de Economia e Administração da

Universidade de São Paulo.

Um plano coerente de estabilização, segundo Lanzana, deveria articular um conjunto de medidas fundamentadas na credibilidade do presidente e do programa econômico. "O presidente eleito enfrentará, fundamentalmente, áreas críticas, a partir de 15 de março. Deverá adotar medidas que surtam efeitos imediatos", considera.

Um ponto estratégico de qualquer plano de estabilização, conforme Lanzana, é o ajuste do setor público e a necessidade imperativa do próximo governo "de

fazer caixa". Uma estratégia eficaz poderia ser a do reajuste de tarifas públicas, uma forte atuação sobre os sonegadores e a aplicação de tributos ou ainda empréstimos compulsórios, que produzissem uma razoável transferência de recursos do setor privado para o setor público, analisa Lanzana. "Não existem outros espaços ou alternativas."

Medidas de impacto sobre aceleração inflacionária tenderão a reduzir o ritmo da atividade produtiva. Mas este é um custo que Lanzana entende que deva ser visto como "um investimento".

A desindexação deveria ser "medida complementar" à política de ajuste do setor público. "Ela certamente virá através de um congelamento, da fixação de metas de preços, salários e câmbio e terá que implicar num acordo nacional", diz Lanzana.

Lanzana considera ainda fundamental um ajuste do câmbio e, "mais tarde", o governo deveria partir para a liberalização do câmbio e redução de proteção tarifaria.

"O primeiro tiro de Collor terá que ser de canhão", diz.